

Crédito agrícola: mais lucro para os bancos.

A eventual desindexação da economia obrigará o Conselho Monetário Nacional a reduzir os custos dos financiamentos à agropecuária, aumentando a margem de lucro dos banqueiros para incentivá-los a destinar mais recursos para o setor. A previsão foi feita ontem em Brasília pelo diretor de Crédito Rural do Banco Central, José Kleber Leite de Castro.

Para o financiamento da próxima safra, o Conselho Monetário aumentou a indexação desses custos, introduzindo a vinculação automática à variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional. Por isto, a nova orientação de desindexar deverá ter "impacto ponderável" sobre os juros agrícolas e preços-mínimos, levando o governo "a rever conceitos". Leite de Castro ressaltou, contudo, que por enquanto não existe nada certo porque a desindexação envolve "diversas conceituações e hipóteses".

Segundo o diretor do Banco Central, os ministros do Planejamento, Delfim Neto, e da Agricultura, Amaury Stábile, prosseguem os estudos para a equalização dos preços internos e externos dos insumos rurais, embora sem poder prever se a medida entrará em vigor já na próxima safra agrícola. Na opinião de Leite de Castro, o governo poderá subsidiar a indústria de insumos, dentro da preocupação de Delfim de reduzir o diferencial entre os preços pagos pelos produtores brasileiros e aqueles suportados por agricultores de outros países.

Os bancos privados deverão aplicar, este ano, Cr\$ 1,6 trilhão na agropecuária. Deste total, Cr\$ 600 bilhões serão a juros de 3% ao ano e mais correção monetária plena, enquanto o restante Cr\$ 1 bilhão refletirá aumento na receita dos bancos—ganho adicional correspondente a 15% da variação das ORTN. "O incremento na receita representa o estímulo ao maior engajamento dos bancos privados no crédito rural", afirmou Leite de Castro.

O diretor do Banco Central contestou as projeções pessimistas de elevação dos índices de inadimplência no crédito rural, mas também condenou qualquer restrição aos empreendimentos agrícolas mantidos pelos bancos, ao observar que interessa a produção agrícola efetiva e, neste aspecto, as empresas ligadas aos conglomerados financeiros "constituem modelo" para a agricultura nacional.

Lei para o INPC

A Câmara dos Deputados poderá aprovar, hoje, proposição do deputado Eduardo Matarazzo Suplicy (PT-SP), visando a fixar em lei os atuais critérios observados pelo IBGE para calcular o Índice Nacional de Preços ao Consumidor. Ontem, o plenário da Casa aprovou requerimento subscrito por todas as lideranças partidárias conferindo urgência para a tramitação da matéria, com o que ela estará figurando hoje em primeiro lugar na pauta da ordem do dia.

O deputado disse ter apresentado a proposição para impedir que o Poder Executivo, arbitrariamente, como já tentou fazer este ano, modifique esses critérios de forma a que o INPC não traduza, precisamente, a alteração registrada no custo de vida.

Suplicy acentuou que a desindexação não poderá ser feita em prejuízo dos trabalhadores, nem através de qualquer alteração arbitrária com respeito aos índices de preços. "Temos que partir de um índice, seja o INPC ou outro qualquer, mas desde que idôneos."

Para o deputado paulista, se a desindexação representar um arrocho dos salários sem modificação concomitante nos demais tipos de rendimentos, como juros ou lucros, iria causar mais uma fase de concentração de renda, além de poder representar uma queda no poder aquisitivo dos salários em geral e desestímulo à retomada do crescimento.

"Vai sair o pior"

O vice-líder do governo no Senado, Virgílio Tavora, admitiu, ontem, que o governo vai adotar novas medidas na área econômica para combater a inflação, mas disse não acreditar numa desindexação completa da economia e sim no expurgo de alguns índices. Contudo, advertiu que se houver expurgo apenas dos salários "será um petardo, que não resolverá e servirá apenas para penalizar ainda mais os trabalhadores".

Por sua vez, o presidente do Senado, Nilo Coelho, quando indagado pelo seu colega Jutahy Magalhães (PDS-BA) sobre se tivera notícia da desindexação, respondeu: "Não sei, mas vai sair o pior. Será contra o operário, contra o assalariado, contra quem não pode pagar. Depois pode vir a convulsão social. Até o empresariado paulista está protestando".

Coelho foi abraçado, no meio de sua fala, pelo presidente do Banco do Nordeste, Camilo Calazans, que criticou a decisão de suspender as vantagens de que atualmente desfruta o funcionalismo do Banco do Brasil: "É um agravo o que querem fazer com o funcionalismo do Banco do Brasil. Isto me preocupa até mais que a desindexação".

Cortes na Previdência

Fontes da Previdência Social confirmaram, ontem em Brasília, que o sistema previdenciário deverá sofrer forte impacto logo no início da adoção das medidas econômicas visando a conter despesas, devendo ajustar-se progressivamente a elas. Os maiores reflexos na Previdência Social, segundo estas fontes, são em relação à arrecadação das contribuições, influenciadas diretamente pelo nível de desemprego no País.